

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.991 DISTRITO FEDERAL**

**RELATORA** : **MIN. ROSA WEBER**  
**REQTE.(S)** : **PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB**  
**ADV.(A/S)** : **RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO**  
**INTDO.(A/S)** : **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA 1.068/2021. ALTERAÇÕES NO MARCO CIVIL DA *INTERNET* E NA LEI DOS DIREITOS AUTORAIS. DEVOLUÇÃO, PELO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL, DA MEDIDA PROVISÓRIA E ENCERRAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO. CESSAÇÃO, EM CONSEQUÊNCIA, DA EFICÁCIA DE REFERIDO ATO NORMATIVO. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. PRECEDENTES. AÇÕES DIRETAS PREJUDICADAS.

**Vistos etc.**

1. Trata-se de sete ações diretas de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, ajuizadas pelo PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB (ADI 6.991/DF), pelo PARTIDO SOLIDARIEDADE – SD (ADI 6.992/DF), pelo PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB (ADI 6.993/DF), pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT (ADI 6.994/DF), pelo PARTIDO NOVO – NOVO (ADI 6.995/DF), pelo PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT (ADI 6.996/DF) e pelo CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB (ADI 6.998/DF), em face da íntegra da Medida Provisória 1.068/2021, que altera a Lei 12.965/2014 (*Marco Civil da Internet*) e a Lei 9.610/1998 (*Lei dos Direitos Autorais*).

2. Segundo os autores, a MP 1.068/2021, ao disciplinar a forma de exclusão e suspensão de contas de usuários de redes sociais, com rol taxativo quanto às hipóteses de justa causa para efetivação de tais medidas, viola (i) a lógica jurídica do *Marco Civil da Internet* (Lei

ADI 6991 / DF

12.965/2014), (ii) o princípio da livre iniciativa (arts. 1º, IV, e 170, *caput*, CF), (iii) o princípio da função social da empresa (arts. 5º, XXIII, e 170, III, CF), (iv) o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF), (v) o princípio da proporcionalidade, (vi) a dignidade da pessoa humana e a cidadania (art. 1º, II e III, CF), (vii) o princípio da intimidade e da vida privada, e a proteção à imagem e à honra das pessoas (art. 5º, X, CF), (viii) o princípio da vedação do retrocesso, (ix) o princípio da liberdade de expressão (art. 5º, IV e IX, CF), (x) o regime democrático (art. 1º, CF) e (xi) os princípios da da segurança jurídica e eficiência (arts. 5º, XXXVI e 37, *caput*, CF) além de **esvaziar o esforço institucional** empreendido pelos Poderes Legislativo e Judiciário no combate à desinformação (*fake news*) e impedir a retirada de conteúdos que veiculem crimes contra a honra.

3. Apontam a ausência dos requisitos atinentes à edição de medida provisória previstos no art. 62, *caput*, da Constituição da República, a evidenciar a inconstitucionalidade formal do ato impugnado. Aduzem transgredidos os arts. 62, § 1º, I, *a* e *b*, e 68, § 1º, II, da Carta Política, enquanto veiculada na medida provisória matéria relativa a direitos políticos, a processo civil e à cidadania.

4. Ontem, 14.9.2021, deferi, *ad referendum* do Plenário desta Corte, pedido de medida cautelar **para suspender, na íntegra, a eficácia da Medida Provisória impugnada.**

**É o breve relato.**

**Decido.**

5. Assinalei, ao deferir o pedido de medida cautelar, que a decisão proferida não impediria que o eminente Presidente do Congresso Nacional formulasse, eventualmente, juízo negativo de admissibilidade quanto à Medida Provisória 1.068/2021, extinguindo, desde logo, o procedimento legislativo resultante de sua edição.

6. Constitui fato público e notório - independente de prova nos autos (art. 374, I, CPC), portanto -, que o eminente Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, **devolveu** a Medida Provisória 1.068/2021 e, por meio do Ato Declaratório do Presidente da Mesa congressional 58, de 14 de setembro de 2021, **declarou** o *encerramento da*

**ADI 6991 / DF**

*tramitação da matéria no Congresso Nacional.* Certo, ainda, que a Mensagem 92/2021 (CN) foi recebida, em 14.9.2021, na Presidência da República.

Tal fato produz significativo efeito de ordem jurídica, acarretando a perda superveniente de objeto das presentes ações diretas de inconstitucionalidade, nos termos do art. 62, § 5º, da Constituição Federal.

7. Ante o exposto, julgo **prejudicadas** as presentes ações diretas de inconstitucionalidade (**art. 21, IX, do RISTF**), por perda superveniente de objeto, extinguindo os processos sem resolução do mérito.

8. Considerando que as ações diretas de inconstitucionalidade 6.992/DF, 6.993/DF, 6.994/DF, 6.995/DF, 6.996/DF e 6.998/DF, a mim distribuídas por prevenção (art. 77-B, RISTF), igualmente impugnam a validade constitucional da Medida Provisória 1.068/2020, determinei a tramitação conjunta dos feitos, de modo que ordeno a reprodução desta decisão nos autos respectivos.

9. Tendo em vista a perda superveniente de objeto das presentes ações diretas de inconstitucionalidade, prejudicada a submissão da medida cautelar a referendo do Plenário desta Suprema Corte, impondo-se, pois, o cancelamento da sessão virtual extraordinária agendada.

À Secretaria Judiciária, inclusive, para que encaminhe cópia desta decisão à Presidência desta Corte.

Publique-se.

Brasília, 15 de setembro de 2021.

**Ministra Rosa Weber**

Relatora